

# **Demonstrações Financeiras Intermediárias**

**Companhia de Concessão Rodoviária  
Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

31 de março de 2012  
com Relatório de Revisão das Demonstrações Financeiras  
Intermediárias

# Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

## Demonstrações financeiras Intermediárias

31 de março de 2012

### Índice

Relatório de revisão das demonstrações financeiras intermediárias.....	1
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	7
Demonstrações do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	9

## **Relatório de revisão das demonstrações financeiras intermediárias**

Aos Administradores e Acionistas da

**Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Duque de Caxias - RJ

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER ("Companhia"), em 31 de março de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros assuntos**

### **Informações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias de capital aberto, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2012

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Eduardo José Ramón Leverone  
Contador CRC 1RJ-067.460/O-6

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Balancos patrimoniais  
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.313	2.687
Contas a receber		9.166	9.088
Adiantamentos a empregados		78	95
Adiantamentos a fornecedores		206	683
Impostos a recuperar		896	892
Créditos diversos		199	158
Despesas antecipadas		1.786	227
Total do ativo circulante		<u>15.644</u>	<u>13.830</u>
Ativo não circulante			
Depósitos bancários vinculados		1.564	1.564
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	329	322
Depósitos judiciais		708	725
Outros créditos		46	46
Intangível	5	641.816	645.658
		<u>644.463</u>	<u>648.315</u>
Total do ativo		<u><u>660.107</u></u>	<u><u>662.145</u></u>

	Nota	31/03/2012	31/12/2011
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4.800	9.650
Partes relacionadas	7	582	2.733
Empréstimos e financiamentos	6	49.201	39.387
Salários, provisões e encargos sociais		1.850	1.891
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.1	2.648	8.621
Parcelamento débitos tributários	8.2	2.525	2.475
Adiantamento de clientes		543	640
<i>Leasing a pagar</i>		158	190
Dividendos a pagar	12	9.002	253
Provisão para manutenção	10	652	652
Outras obrigações		4.219	432
Total do passivo circulante		<b>76.180</b>	66.924
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	6	18.862	21.158
Parcelamento débitos tributários	8.2	5.371	5.903
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	117.199	119.769
Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	16	314	294
Receitas diferidas	9	11.621	11.118
<i>Leasing a pagar</i>		30	64
Total do passivo não circulante		<b>153.397</b>	158.306
Patrimônio líquido	11		
Capital social		96.163	96.163
Outros resultados abrangentes		183.161	191.982
Reserva de lucros		137.021	148.770
Lucros acumulados		14.185	-
Total do patrimônio líquido		<b>430.530</b>	436.915
Total do passivo		<b>660.107</b>	662.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações do resultado

Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	31/03/2012	31/03/2011
Receita operacional líquida	17	65.600	55.915
Custo dos serviços prestados	18	(44.403)	(41.438)
Lucro bruto		21.197	14.477
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(5.114)	(2.424)
Amortização		(569)	(322)
Despesas com pessoal		(1.858)	(1.841)
Outras receitas operacionais, líquidas		17	-
Total das despesas operacionais		(7.524)	(4.587)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.673	9.890
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		213	99
Despesas financeiras		(5.738)	(3.063)
	19	(5.525)	(2.964)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		8.148	6.926
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(5.361)	(4.854)
Diferido		2.577	2.520
	13	(2.784)	(2.334)
Lucro líquido do período		5.364	4.592
Quantidade de ações (lotes de mil)		7.190	7.190
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,75	0,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	
		Estatutária	Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	96.163	385	3.853	86.939	91.177	-	228.068	415.408
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	4.592	-	4.592
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	9.207	(9.207)	-
Saldos em 31 de março de 2011	96.163	385	3.853	86.939	91.177	13.799	218.861	420.000
Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.163	518	5.183	143.069	148.770	-	191.982	436.915
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	5.364	-	5.364
Dividendos	-	-	-	(11.749)	(11.749)	-	-	(11.749)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	8.821	(8.821)	-
Saldos em 31 de março de 2012	96.163	518	5.183	131.320	137.021	14.185	183.161	430.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	<b>31/03/2012</b>	<b>31/03/2011</b>
Lucro líquido do período	<b>5.364</b>	4.592
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(2.577)</b>	(2.520)
Amortização	<b>16.590</b>	14.700
Ganhos na alienação de bens do intangível	<b>(17)</b>	-
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	<b>1.777</b>	2.239
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	<b>20</b>	-
Variação em ativos e passivos operacionais (Aumento) diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	<b>(80)</b>	(279)
Impostos a recuperar	<b>(4)</b>	(11)
Despesas antecipadas	<b>(1.559)</b>	324
Outros valores a receber	<b>471</b>	(216)
Fornecedores	<b>(4.850)</b>	(1.056)
Contas a pagar empresas ligadas	<b>(2.152)</b>	915
Obrigações sociais e trabalhistas	<b>(41)</b>	(58)
Receitas diferidas	<b>503</b>	(197)
Impostos, taxas e contribuições	<b>(1.412)</b>	(841)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	<b>3.616</b>	(1.045)
Provisão de IRPJ e CSLL correntes	<b>5.361</b>	4.854
Pagamento de IRPJ e CSLL correntes	<b>(10.558)</b>	(4.511)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	<b>10.452</b>	16.890
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienação/baixa de intangível	<b>67</b>	-
Aquisição de bens do intangível	<b>(12.798)</b>	(8.342)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<b>(12.731)</b>	(8.342)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos	<b>(3.000)</b>	(1.100)
Captações através de empréstimos e financiamentos	<b>9.800</b>	967
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<b>(2.236)</b>	(3.667)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	<b>(1.659)</b>	(2.568)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	<b>2.905</b>	(6.368)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<b>626</b>	2.180
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	<b>2.687</b>	2.771
No fim do período	<b>3.313</b>	4.951
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<b>626</b>	2.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Demonstrações do valor adicionado  
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receitas	<b>79.610</b>	69.662
Receitas de pedágio e acessórias	<b>58.248</b>	51.504
Outras receitas	<b>9.883</b>	9.806
Receitas de construção	<b>11.479</b>	8.352
Insumos adquiridos de terceiros	<b>(31.042)</b>	(26.573)
Custo dos serviços prestados	<b>(2.433)</b>	(2.364)
Custo de construção	<b>(11.479)</b>	(8.352)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(17.147)</b>	(15.857)
Outros custos operacionais	<b>17</b>	-
Valor adicionado bruto	<b>48.568</b>	43.089
Amortização	<b>(16.590)</b>	(14.700)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>31.978</b>	28.389
Valor adicionado recebido em transferência	<b>213</b>	99
Receitas financeiras	<b>213</b>	99
Valor adicionado total a distribuir	<b>32.191</b>	28.488
Distribuição do valor adicionado	<b>32.191</b>	28.488
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	<b>3.426</b>	3.718
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	<b>8.699</b>	7.642
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	<b>5.881</b>	3.329
Lucros retidos	<b>14.185</b>	13.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre a Companhia**

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO (“Concer” ou “Companhia”), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 - Jardim Primavera - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre a Companhia--Continuação**

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente, todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso, a exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

Em 31 de março de 2012, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 60.536 (R\$ 53.094 em 31 de dezembro de 2010), em decorrência de empréstimos e financiamentos obtidos para fazer face aos compromissos assumidos, que demandam a realização de novos investimentos na rodovia.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 26 de abril de 2012.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2012. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes. Dessa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada em separado, pois equivale à demonstração do resultado do período.

#### **2.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras intermediárias.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.2. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

##### Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

##### Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.2. Reconhecimento de receita--Continuação**

##### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### **2.3. Impostos**

##### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

#### 2.3. Impostos--Continuação

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

##### Tributação

As receitas brutas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS. Na demonstração de resultado as vendas são apresentadas pelos saldos líquidos dos impostos mencionados acima.



## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.3. Impostos--Continuação**

##### Tributação--Continuação

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240. no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos cedidos e outros recebíveis, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

#### **2.5. Contas a receber**

As contas a receber estão apresentadas pelo valor de realização. Não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda.

#### **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.7. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os juros não foram capitalizados, visto que as obras efetuadas pela Companhia atualmente não paralisam o andamento das operações, ou seja, a Companhia continua gerando receita, mesmo quando realizando obras na rodovia.

#### **2.8. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.8. Ativos intangíveis--Continuação**

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é oriunda do serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** --Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

#### **2.10. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes a arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

#### **2.11. Outros ativos e passivos**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.11. Outros ativos e passivos--Continuação**

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

#### **2.12. Provisões**

##### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.13. Contratos de concessão - ICPC 01**

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

#### **2.14. Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

#### **2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 é apresentada como informação suplementar.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.16. Novos pronunciamentos contábeis**

##### Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas.



## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação**

#### **2.16. Novos pronunciamentos contábeis --Continuação**

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras intermediárias.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** --Continuação

#### **Estimativas e premissas--Continuação**

##### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

#### Estimativas e premissas--Continuação

##### Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixas e bancos	<b>2.399</b>	2.619
Aplicações financeiras	<b>914</b>	68
	<b>3.313</b>	<b>2.687</b>

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Intangível

	2011						Total
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	
Custo do intangível bruto							
Saldo do custo em 31/12/2010	187.560	22.952	828.541	7.384	134	-	1.046.571
Aquisições	31.358	269	21.511	2.727	282	1.961	58.108
Baixas	-	(8)	-	(402)	-	-	(410)
Saldo do custo em 31/12/2011	218.918	23.213	850.052	9.709	416	1.961	1.104.269
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2010	(111.026)	(19.713)	(267.805)	(1.121)	-	-	(399.665)
Amortização	(7.967)	(2.961)	(48.968)	(1.180)	-	-	(61.076)
Baixas	-	5	1.815	310	-	-	2.130
Saldo da amortização em 31/12/2011	(118.993)	(22.669)	(314.958)	(1.991)	-	-	(458.611)
Valor contábil líquido							
Saldo do intangível em 31/12/2011	99.925	544	535.094	7.718	416	1.961	645.658
	2012						Total
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	
Custo do intangível bruto							
Saldo do custo em 31/12/2011	218.918	23.213	850.052	9.709	416	1.961	1.104.269
Aquisições	4.764	-	5.491	1.225	-	1.318	12.798
Baixas	-	-	-	(109)	-	-	(109)
Saldo do custo em 31/03/2012	223.682	23.213	855.543	10.825	416	3.279	1.116.958
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2011	(118.993)	(22.669)	(314.958)	(1.991)	-	-	(458.611)
Amortização	(2.510)	(271)	(13.452)	(357)	-	-	(16.590)
Baixas	-	-	-	59	-	-	59
Saldo da amortização em 31/03/2012	(121.503)	(22.940)	(328.410)	(2.289)	-	-	(475.142)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/03/2012	102.179	273	527.133	8.536	416	3.279	641.816

A taxa de amortização é calculada com base no volume de tráfego anual em relação ao volume total de tráfego estimado no período da concessão. A taxa média em 2012 foi de 10,2% (8,89% em 2011).

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Intangível--Continuação

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento do exercício de 2011, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos.

### 6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento				
FINAME	151	25	149	62
BNDES - Subcrédito "a"	798	1.249	825	1.492
BNDES - Subcrédito "b"	5.247	7.768	5.254	9.063
BNDES - Subcrédito "c"	910	1.574	911	1.799
FINEP	1.667	8.197	1.668	8.619
Banco Guanabara	261	49	250	123
	<b>9.034</b>	<b>18.862</b>	9.057	21.158
Financiamento - capital de giro				
Banco Santander	40.167	-	30.330	-
	<b>40.167</b>	-	30.330	-
	<b>49.201</b>	<b>18.862</b>	39.387	21.158

#### Contrato SANTANDER - FINAME

- ▶ Trata-se de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos. Em 31 de março de 2012, o saldo monta a importância de R\$ 176. O prazo de carência é de 180 dias, com taxa de juros de 7% a.a. e amortização de 30 meses. Contrato de alienação fiduciária. As garantias são as máquinas e equipamentos adquiridos.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **6. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

#### **Contratos BNDES**

- ▶ Os subcréditos “a”, “b”, “c” montam os seguintes valores respectivamente: R\$ 2.047, R\$ 13.015 e R\$ 2.484 - Tais valores correspondentes às parcelas liberadas até 31 de março de 2012 do contrato firmado em 03/09/2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 KM da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados serão amortizados em prestações mensais, com vencimentos iniciados dos subcréditos “a” e “b” em 15/10/2007 e terminando em 15/10/2014, e o subcrédito “c” com vencimento iniciado em 15/01/2008 e a última em 15/12/2014. A taxa de juros do subcrédito “a” é sujeita ao “spread” de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES. A taxa de juros dos subcréditos “b” e “c” é sujeita ao “spread” de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Em 31 de março de 2012 foi constituída uma provisão para pagamento de multa por descumprimento de cláusula dos contratos nº 03.2.583.3.1 e 06.2.1125.1 no valor de R\$ 3.420. Ficou estabelecido que o pagamento da mesma será efetuado em 6 (seis) prestações mensais, tendo a companhia efetuado até 31 de março de 2012 o pagamento de 2 (duas) parcelas no valor total de R\$ 1.123. A partir dessa notificação, a Companhia está cumprindo com o contrato e mantendo saldo mínimo em conta vinculada.

#### **Contrato FINEP**

- ▶ Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27/08/2009. Em 31 de março de 2012 o saldo correspondente às parcelas liberadas monta a importância de R\$ 9.864. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15/05/2011 e terminando em 15/01/2018. A taxa de juros é de 8% ao ano - sujeito ao "spread" de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### Contrato BANCO GUANABARA - CDC

- ▶ Trata-se de financiamento para aquisição de veículos. Em 31 de março de 2012, o saldo monta a importância de R\$ 310. A taxa de juros é de 18% a.a. e amortização de 24 meses. Contrato de alienação fiduciária. A garantia são os veículos adquiridos.

#### Contratos ABN REAL e SANTANDER

- ▶ Conta Garantida: Em 31 de março de 2012 o saldo utilizado dessa conta é de R\$ 40.167. O contrato foi pactuado em 03/03/2010 com prazo de renovação a cada trimestre. A taxa de juros é de 121% do CDI.

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	<b>6.498</b>	8.773
2014	<b>7.138</b>	7.157
2015	<b>1.695</b>	1.695
2016	<b>1.695</b>	1.695
2017	<b>1.695</b>	1.695
2018	<b>141</b>	141
	<u><b>18.862</b></u>	<u>21.158</u>

### 7. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	Passivos		Intangível		Custos/despesas			
	Fornecedores		Recuperação		Conservação/manutenção		Arrecadação/operação	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Consórcio BR-040 *	-	152	-	-	-	-	-	-
Rio Bonito **	582	1.878	-	-	5.835	5.397	5.771	5.270
Compasa ***	-	703	419	-	-	2.393	-	-
Total	582	2.733	419	-	5.835	7.790	5.771	5.270

- \* Consórcio Construtor BR-040.  
\*\* Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.  
\*\*\* Compasa Brasil Distrib. Derivados de Petróleo Ltda.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **7. Transações com partes relacionadas--Continuação**

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

Valores contratuais:

#### a) Contratos de operação e arrecadação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal. O contrato do serviço de arrecadação firmado entre a companhia e a Rio Bonito foi extinto em junho de 2010.

#### b) Contrato de recuperação, conservação e manutenção

No contrato de recuperação/conservação/manutenção firmado entre a Companhia e Rio Bonito e a Compasa estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço.



## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Impostos, taxas e contribuições

#### 8.1. Impostos a recolher

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos de renda	239	3.999
Contribuição social	87	1.524
Cofins	594	741
PIS	129	161
ISSQN	1.081	1.337
Imposto de renda retido na fonte	126	249
Outros	392	610
	<u>2.648</u>	<u>8.621</u>

#### 8.2. Parcelamento débitos tributários

A companhia apresenta junto ao fisco federal parcelamento dos seguintes tributos:

- ▶ IRPJ e CSLL, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de março de 2010.
- ▶ PIS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 130 parcelas, contado a partir de setembro de 2006.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelamento PIS	1.094	1.143
Parcelamento IRPJ	4.977	5.294
Parcelamento CSLL	1.825	1.941
	<u>7.896</u>	<u>8.378</u>
Passivo circulante	<u>(2.525)</u>	<u>(2.475)</u>
Passivo não circulante	<u>5.371</u>	<u>5.903</u>

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Receitas diferidas**

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia.

O saldo líquido das receitas diferidas em 31 de março de 2012 é de R\$ 11.621 (R\$ 11.118 em 31 de dezembro de 2011)

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$ 970 acrescidos de R\$ 404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluentes o valor de R\$ 26 e para implantação de adutora o valor de R\$ 156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagou à Companhia uma remuneração total de R\$ 7.942. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a VIVO pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência dos contratos, o qual está previsto até o término do prazo de concessão.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 31 de março de 2012 é de R\$ 652 (R\$ 652 em 31 de dezembro de 2011).

### 11. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$100.000.

Em 31 de março de 2012, o capital social é de R\$96.163 (R\$ 96.163 em 31 de dezembro de 2011) está composto por 2.396.700 ações ordinárias e 4.793.400 ações preferenciais, totalizando 7.190.100 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos, no mínimo, 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

O capital social em 31 de março de 2012 e 2011 está composto conforme demonstrativo:

	Ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.497.937	2.995.871	4.493.808	62,5
Construção CCPS Engenharia e Com. S.A.	431.406	862.810	1.294.216	18,0
CMSA Participações S.A.	251.654	503.305	754.959	10,5
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107	9,0
Pessoas físicas	-	10	10	-
	<b>2.396.700</b>	<b>4.793.400</b>	<b>7.190.100</b>	<b>100</b>

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Outros resultados abrangentes

Refere-se a reserva de reavaliação constituída em anos anteriores com base em laudo emitido por peritos independentes. O seu saldo é apresentado líquido dos efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

c) Reserva de lucros retidos

Foi constituída reserva de lucros com base no resultado do exercício, ajustado pela realização da reserva de reavaliação, não distribuído no exercício.

d) Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

e) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2011 foi lançado no passivo circulante, como dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto e permitido pela legislação societária.

O cálculo para pagamento dos dividendos mínimos, conforme prevê o Estatuto Social da Companhia foi como segue:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro líquido do exercício	<b>26.610</b>	15.646
(-) Reserva estatutária (0,5%)	<b>(133)</b>	(78)
(-) Reserva legal (5%)	<b>(1.330)</b>	(782)
Base para cálculo de dividendo mínimo obrigatório	<b>25.147</b>	14.786
(=) Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	<b>251</b>	148
(+) Saldo dividendos anteriores	<b>2</b>	1.102
Dividendos a pagar	<b>253</b>	1.250

Em 30 de março de 2012, os acionistas deliberaram, através de Assembléia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos, adicionais ao mínimo obrigatório, no montante de R\$11.749. Até 31 de março de 2012, a Companhia efetuou o pagamento de R\$3.000 aos acionistas.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os dividendos a pagar estavam distribuídos da seguinte forma:

	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Acionista		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	<b>5.627</b>	158
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	<b>1.620</b>	45
CMSA Participações S.A.	<b>945</b>	27
CCI Concessões S.A.	<b>810</b>	23
	<b>9.002</b>	253

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, apresentando a seguinte natureza:

	31/03/2012			31/12/2011
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/prov. custo manut.	164	59	223	222
IR e CS diferidos s/prov. contingências	78	28	106	100
Ativo não circulante	<b>242</b>	<b>87</b>	<b>329</b>	<b>322</b>
Passivo				
Sobre reserva de reavaliação	79.189	28.508	107.697	110.696
Sobre leasing	199	73	272	263
Sobre amortização intangível <sup>1</sup>	6.787	2.443	9.230	8.810
Passivo não circulante	<b>86.175</b>	<b>31.024</b>	<b>117.199</b>	<b>119.769</b>

1 Refere-se à diferença de amortização gerada pela aplicação de taxas de amortização do ativo intangível (ICPC01) e as taxas utilizadas para fins fiscais.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de março de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>8.148</b>	6.926
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<b>(2.770)</b>	(2.355)
Adições (exclusões) permanentes	<b>(20)</b>	(10)
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	<b>6</b>	6
Outros	<b>-</b>	25
Imposto de renda e contribuição social reconciliado	<b>(2.784)</b>	(2.334)
IRPJ e CSLL correntes	<b>(5.361)</b>	(4.854)
IRPJ e CSLL diferidos	<b>2.577</b>	2.520
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(2.784)</b>	(2.334)
Alíquota efetiva	<b>34%</b>	34%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Remuneração dos administradores

Na Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 30 de março de 2012 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia, no montante de R\$2.268. O Conselho de Administração é composto por cinco membros.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. A Companhia não possui um plano de opções de ações

Até 31 de março de 2012 foram reconhecidos no resultado do período o montante de R\$ 363 (R\$ 464 em 31 de março de 2011).

### 15. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<u>Marcos contratuais</u>	<u>Valor da Importância Segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Risco patrimonial – veículo	100% da tabela FIPE (i)	Set/11 a Set/12
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	69.169	Dez/11 a Dez/12
Responsabilidade Civil	12.920	Dez/11 a Dez/12
Garantia de execução da concessão	13.331	Abr/12 a Abr/13

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.



## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, conforme demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/03/2012</u>
Processos trabalhistas	153	23	-	176
Processos cíveis	141	14	(18)	138
Processos tributários	-	-	-	-
Provisão para contingências	<u>294</u>	<u>37</u>	<u>(18)</u>	<u>314</u>

Em 31 de março de 2012, os processos com probabilidade de perda considerados como possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$ 10.898 e referem-se basicamente a indenizações de sinistros na rodovia e verbas rescisórias.

Em 20 de março de 2012 a Companhia recebeu a sentença de execução de processo cível, referente ao processo nº 2003.021.003967-5. Tal processo se refere à ação de desapropriação e tinha sua classificação como causa possível em 31/12/2011, incorrendo no pagamento de R\$ 1.996.

### 17. Receita operacional líquida

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita de pedágio	58.248	51.504
Receitas acessórias	1.062	598
Receita de construção	11.479	8.352
Imposto sobre serviços	(5.189)	(4.539)
	<u>65.600</u>	<u>55.915</u>

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados apresenta a seguinte composição:

	31/03/2012	31/03/2011
Manutenção, operação e conservação	(6.138)	(8.212)
Operação	(8.608)	(7.732)
Monitoramento	(4)	-
Projetos especiais	(21)	(296)
Custo de construção	(11.479)	(8.352)
Pessoal	(2.132)	(2.468)
Amortização	(16.021)	(14.378)
	<b>(44.403)</b>	<b>(41.438)</b>

### 19. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 31 de março de 2012 e 2011, está assim composto:

	31/03/2012	31/03/2011
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5	20
Descontos obtidos	3	8
Variações monetárias	205	71
	<b>213</b>	<b>99</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(1.699)	(2.204)
Juros diversos	(7)	(125)
Variações monetárias	(283)	(227)
Outros	(3.749)	(507)
	<b>(5.738)</b>	<b>(3.063)</b>
	<b>(5.525)</b>	<b>(2.964)</b>

### 20. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Compromissos--Continuação

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2011	<b>49.805</b>
2012 a 2013	<b>59.548</b>
2014 a 2021	<b>10.141</b>
	<b><u>119.494</u></b>

Até 31 de março de 2012 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão - PER Revisão 18 foram integralmente cumpridos.

### 21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

#### a) Análise dos instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- i. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- ii. Empréstimos e Financiamentos - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

#### b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. A Concer apresenta essa informação para fins de consolidação da sua Acionista - TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., a qual é companhia aberta.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2012 e 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 31 de março de 2012, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CCB - Santander	CDI	3.892	4.865	5.838
FINEP	TJLP	592	740	888
FINAME	TJLP	11	13	16
BNDES - Subcrédito "a"	UMBDES (VC*)	220	344	515
BNDES - Subcrédito "b" e "c"	TJLP	930	1.162	1.395
		<u>5.645</u>	<u>7.124</u>	<u>8.652</u>
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	9,69%	12,11%	14,54%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	VC*	1,79	2,24	2,80

\* Indexado a um custo médio de captação em moeda estrangeira.

Para fins de aplicação financeira, não efetuamos a análise de sensibilidade visto que o risco de variação de cenário é irrelevante.

#### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

#### d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática.

O risco de crédito de saldos com contas correntes e aplicações financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia.

#### e) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

e) Risco de mercado--Continuação

i) Risco de taxas de juros e inflação

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

ii) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. O subcrédito "a" do financiamento concedido pelo BNDES (Nota 7) é indexado pela taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo mesmo. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira.

f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

g) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### g) Risco regulatório--Continuação

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

#### h) Operações com derivativos

A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

#### i) Gestão de capital

A companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	<b>68.063</b>	60.545
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<b>(3.313)</b>	(2.687)
Dívida líquida	<b>64.750</b>	57.858
Patrimônio líquido	<b>430.530</b>	436.915
Total do capital	<b>495.280</b>	494.773
Índice de alavancagem financeira - %	<b>13,07</b>	11,69